

Governo diminuirá de oito para três os negociadores da dívida

Odail Figueiredo

BRASÍLIA — O governo brasileiro não deverá aumentar substancialmente sua oferta de pagar parte dos juros atrasados da dívida externa durante a rodada de negociações que terá com os credores ao longo da próxima semana. "Qualquer quantia adicional que possamos oferecer aos bancos terá que ser retirada das reservas do país, mas diante das incertezas que a crise do Golfo Pérsico trouxe ao cenário internacional, essa é uma possibilidade que tem que ser vista com um cuidado extremo", disse ontem o embaixador Jório Dauster, chefe da delegação brasileira. A última proposta feita pelo Brasil aos credores foi a de pagar US\$ 1,2 bilhão dos juros já vencidos, recebida com pouco entusiasmo pelos credores.

A missão brasileira que embarca domingo à noite para Nova Iorque levará na bagagem alguns elementos novos para serem apresentados aos bancos, na tentativa de superar o impasse em que se encontram as negociações. Entretanto, o governo não alimenta qualquer expectativa de que a nova rodada de conversas

com os credores — a última desse ano — vá produzir algum resultado concreto. Tanto assim que, além de Jório Dauster, embarcarão para Nova Iorque apenas outros dois integrantes da equipe de negociação: Carlos Eduardo de Freitas, assessor especial da ministra Zélia Cardoso de Mello, e Luís Carlos Stuzenegger, consultor jurídico do Banco Central. Normalmente, a delegação brasileira que negocia com os bancos credores tem oito integrantes, cinco dos quais permanecerão no Brasil.

Apesar da pouca expectativa, algumas fontes que participam do processo de negociação acreditam que a nova rodada de negociações poderá servir para definir melhor as posições das duas partes. O último encontro foi interrompido por causa da visita do presidente americano George Bush ao Brasil. Segundo um assessor da ministra da Economia, os bancos tinham a esperança de que Bush pressionasse de alguma forma o Brasil a pagar parte dos juros atrasados da dívida, e por isso estavam conduzindo as conversas num clima de muita indefinição. Como Bush não fez pressão explícita, o assunto acabou retornando à mesa

de negociações e os bancos terão agora que dar uma resposta mais conclusiva às propostas brasileiras.

Além do problema dos atrasados, o governo e os bancos divergem radicalmente quanto às estimativas de desembolso feitas pela equipe econômica para os próximos anos. O Brasil não está inflexível, assegurou Dauster. Embora o governo não admita abrir mão do conceito de capacidade de pagamento, que está na base da proposta apresentada aos credores em outubro, o embaixador observou que os números projetados para os próximos anos poderão ser alterados, se mudarem as condições econômicas. "O conceito nós não negociamos, mas as cifras não estão talhadas em pedra", disse ele. A proposta brasileira de converter os atuais títulos da dívida em bônus prevê pagamentos reduzidos numa etapa inicial, e desembolsos mais substanciais somente por volta do ano 2000. Os bancos, porém, querem receber mais no curto prazo. "Estamos trabalhando algumas idéias para tentar superar esse impasse e vamos levá-las aos credores", informou um dos membros da equipe de negociação.